

Empresário pede "spread" menor.

São Paulo — O presidente da Bayer do Brasil, Rolf Lochner, descartou ontem a moratória como instrumento que resolva problemas de endividamento externo. Ele admitiu que "o peso de pagar 12 bilhões de dólares de juros anuais dessa dívida não tem nenhum cabimento", e considerou: a negociação de menores **spreads** deve ser tentada pelo Brasil diretamente com os banqueiros, não sem antes dialogar com o FMI".

Lochner comentou ainda recentes medidas do governo, sugerindo que o Plano Cruzado necessita de grandes ajustes adicionais. Para ele, os que foram feitos, através do último pacote, estão descalibrados, pois os cortes nas despesas governamentais não foram suficientes, enquanto os aumentos nos preços de automóveis e na gasolina e álcool "foram exagerados", servindo mais para cobrir o déficit público do que para frear o consumo.

Na opinião de Lochner, "taxar a população para amparar gastos governamentais não é justo". Segundo o presidente da Bayer do Brasil, "o que foi anunciado pelo governo, como medidas de saneamento no setor público, é muito pouco".

"De janeiro a setembro o faturamento da Bayer chegou a Cz\$ 3 bilhões 800 milhões, o que significou um aumento real de 23% sobre o mesmo período de 1985. Com as vendas comissionadas, efetuadas pela empresa nesses meses, as vendas totais atingiram Cz\$ 5 bilhões 200 milhões, o que representa um crescimento real de 17% sobre os primeiros nove meses do ano passado. Segundo previsões da empresa, o faturamento de 1986 deve chegar a Cz\$ 7 bilhões 300 milhões.

Lochner defendeu um reajuste gradual de preços para os remédios. O setor de medicamentos da empresa, que representa 6% do seu faturamento, enfrenta um momento difícil. Segundo ele, "o buraco hoje no setor está em torno de 45 a 50%. No entanto, se o governo conceder 15% de reajuste, Lochner consideraria a medida satisfatória.

BRASIL
DO
CORAL